

Financiamento da saúde pública

A proposta de criação de contribuição sobre a movimentação financeira, para ajudar a resolver a crise de saúde, levantou discussão saudável por colocar na agenda nacional o relevante assunto do financiamento da saúde.

As possibilidades atuais de diagnóstico de doenças e de formas de tratamento que utilizam equipamentos, técnicas e medicamentos de custo crescente elevaram as despesas do setor em todo o

mundo. Fico estarelecido quando ouço pessoas da maior responsabilidade dizerem que recursos não faltam. Falta organização e controle.

Gostaria de ter acesso aos elementos de informação que justificam afirmativas dessa natureza, amplamente desmentidas quando se estabelecem comparações, seja internamente, seja com outros países.

No ano passado, os gastos do Ministério da Saúde foram da ordem de R\$ 15,8 bilhões. Descontando em números redondos R\$ 1,5 bilhão para pagamento de empréstimo obtido do FAT em 93 e R\$ 1 bilhão para pagar atrasados de 94, foram efetivamente gastos ao redor de R\$ 13,3 bilhões. Os Estados e municípios aplicaram aproximadamente 15% desse valor, ou seja, perto de R\$ 2 bilhões. Estima-se que o setor privado e de convênios tenha gasto ao redor de R\$ 10 bilhões. Isso representa um gasto total com saúde da ordem de R\$ 25 bilhões, ou seja, algo próximo de R\$ 150 por habitante/ano.



A convivência da opulência com a miséria só pode resultar em tragédia

Considerando a cobertura universal do setor público, não alcançamos R\$ 100 por habitante/ano para todas as ações de saúde. Enquanto isso, o setor privado e de convênios, que só cuida do atendimento médico hospitalar e ambulatorial, aplica mais de R\$ 300 por segurado, e boa parte dos procedimentos de alta complexidade, órteses, próteses, urgências e emergências são remetidos ao setor público.

Se formos comparar com outros países, nosso dispêndio com saúde aparece como ridículo.

A França, que tem um terço da nossa população, gasta ao redor de US\$ 100 bilhões (1.800/hab./ano). O Canadá, com cerca de um sexto da nossa população, gasta perto de US\$ 55 bilhões (1.900/hab./ano). Austrália, com perto de 20 milhões de habitantes, gasta US\$ 26 bilhões, o dobro do nosso gasto na área federal. Isso para não citar os Estados Unidos, que, com 260 milhões de habitantes, gastam mais de US\$ 800 bilhões ao ano.

Qualquer que seja a referência utilizada, somos forçados a admitir que na realidade do mundo atual nosso gasto público com o setor de saúde é ridículo.

Portanto, considero a afirmativa de que recursos não faltam ao setor, o que falta é administração e controle, uma leviandade por quem não se deteve na análise mais elementar da situação e repete frases feitas sem nenhum fundamento.

Para oferecer atendimento universal, igualitário e com equidade falta, como se depreende das comparações que fizemos, soma considerável de recursos.

Nossa proposta da CPMF não é solução definitiva, mas um aporte de recursos emergencial suficiente apenas para manter ainda com várias restrições o atendimento à população. A solução, espero, virá com a reforma tributária. Existem sob apreciação do Congresso propostas dos deputados Eduardo Jorge, Mosconi e Pinotti, todos apontando para arrecadação próxima de R\$ 30 bilhões, o que elevaria o gasto federal para R\$ 200 por habitante/ano. Comparado com o que gastam os outros países, ainda é amplamente insuficiente.

Neste cenário não falta quem aponte para a redução da oferta de serviços, considerando o mandamento constitucional da universalização um excesso. Essa proposta me parece absurda. Já temos no setor de saúde dois cenários claros. Num, que abrange 20% da população que pode pagar convênios ou seguro-saúde, o acesso aos melhores médicos e hospitais fica garantido, utilizando, portanto, todos os avanços da moderna medicina. No outro, que incorpora 80% da população, o acesso é dificultado, as filas são desumanas, a utilização da moderna medicina, limitada e os serviços de emergências, abarrotados.

Reduzir o atendimento do cenário dos 80% significa aprofundar desigualdade, castigar ainda mais os que já enfrentam tantos problemas.

Não é função de governo prote-

ger os fortes e abandonar os fracos. A posição é de tudo fazer para ajudar os fracos, reduzir suas dificuldades, despertar neles o sentimento de que estão sendo o alvo e o objetivo da ação do governo.

Os recursos não têm como ser obtidos dos pobres. Só podem sair daqueles que tiveram a ventura de conseguir acumular patrimônio e recursos que devem servir para reduzir desigualdades, e não para aprofundar as diferenças.

A História já nos ensinou que a desigualdade social é a grande geradora de conflitos entre parcelas favorecidas e desfavorecidas da população. Todo esforço deve ser feito para reduzir as desigualdades. A convivência da opulência com a miséria só pode resultar em tragédia.

O presidente Fernando Henrique disse que a política não é a arte do possível. É a arte de tornar possível o necessário. Vamos tirar a venda dos nossos olhos. Vamos olhar ao nosso redor, sentir o drama dos pobres que clamam, não por caridade, mas por solidariedade, por fraternidade.

Se cada qual contribuir com um pouquinho, vamos ultrapassar este período em transição da inflação para a estabilidade que é vital, não para o governo, mas para a população de baixa renda.

Chega de atirar sobre o governo a responsabilidade que é de todos. Mesmo porque o País não é do governo, é de todos e deve ser cuidado, atendido e suportado por toda a população, especialmente pela parcela que tem mais recursos.